

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Avenida João Naves de Avila, 2121, Bloco 3P - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: +55 (34)3239-4957 - www.progep.ufu.br - secretaria@progep.ufu.br**EDITAL PROGEP Nº 189/2024**

22 de novembro de 2024

Processo nº 23117.052865/2024-25

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROGEP Nº 171/2024****CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO**

O **PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria de Pessoal UFU nº 5.088, de 13 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2024, **retifica o Edital PROGEP nº 171**, de 01/11/2024, publicado no DOU de 06/11/2024, seção 3, páginas 94 a 110:

No Anexo III, que trata sobre a descrição dos cargos, conteúdos programáticos e bibliografias sugeridas, nas referências sugeridas para o cargo de **TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO**:

**ONDE SE LÊ:****ANEXO III****DESCRIÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS SUGERIDAS  
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO****REFERÊNCIAS SUGERIDAS:**

APPLE, T. Ideologia e Currículo. 3a Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 39-64, 2015.

BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. 2 Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial n 248, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

CHAUI, PI. Convite à Filosofia. 14ª Edição. São Paulo: Ática, 2019.

COLL, C.; MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender a ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. I. (Org.) Formatos avaliativos e concepção da docência. São Paulo: Autores Associados, 2005. CURY, C. R. 1. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 53d Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 45 I Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, NI. História das ideias pedagógicas. 8a Edição. São Paulo: Ática, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis. São Paulo: Atlas, 2001.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais e Educação. 8a Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GOMES, N. L. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, S. A Identidade Cultural na Pós- Modernidade. 12 I Edição Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.

HOFFMANN, 1. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 30d Edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

LEWANDOWSKI, J. M. D. Os técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal do Paraná: em busca de sua identidade profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: Unioeste, 2018.

LIBANEO, 1. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4ó Edição. Goiânia: Alternativa, 2003.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 I Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro. Cortez Editora, 2022.

LUCKSEI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 18 ed. São Paulo, 2006.

MUNDURUKU, D. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.

PIAGET, 1. A linguagem e o pensamento da criança. 6a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (Org.) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 5a Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias e educações: um caminho em aberto. Em Aberto, v. 35, n. 113, 2022.

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4 ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 44d Edição. São Paulo: Autores Associados, 2021.

SILVA, T. T. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica: 1999.

SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOBRAL, F. ; PECL, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano de sala de aula. 16ú Edição. São Paulo: Cortez, 2019.

VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 5a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

**LEIA-SE:**

## DESCRIÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS SUGERIDAS

### TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO

#### REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 39-64, 2015.

BECKER, F. *Educação e Construção do Conhecimento*. 2 Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial n 248, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

CHAUI, PI. *Convite à Filosofia*. 14ª Edição. São Paulo: Ática, 2019.

COLL, C.; MONEREO, C. *Psicologia da educação virtual: aprender a ensinar com as tecnologias da informação e comunicação*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. I. (Org.) *Formatos avaliativos e concepção da docência*. São Paulo: Autores Associados, 2005. CURY, C. R. 1. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 53ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 45ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, NI. *História das ideias pedagógicas*. 8ª Edição. São Paulo: Ática, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Gestão de pessoas: enfoque nos papéis*. São Paulo: Atlas, 2001.

GOHN, M. G. *Movimentos Sociais e Educação*. 8ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós- Modernidade*. 12ª Edição Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.

HOFFMANN, 1. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. 30ª Edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

LEWANDOWSKI, J. M. D. *Os técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal do Paraná: em busca de sua identidade profissional*. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: Unioeste, 2018.

LIBANEO, 1. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 4ª Edição. Goiânia: Alternativa, 2003.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. 16ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.). *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro*. Cortez Editora, 2022.

LUCKSEI, C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 18 ed. São Paulo, 2006.

MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. *Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década*. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315,

2017.

PIAGET, J. A linguagem e o pensamento da criança. 6a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (Org.) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 5a Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias e educações: um caminho em aberto. Em Aberto, v. 35, n. 113, 2022.

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4 ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 44ª Edição. São Paulo: Autores Associados, 2021.

SILVA, T. T. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica: 1999.

SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOBRAL, F. ; PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano de sala de aula. 16ª Edição. São Paulo: Cortez, 2019.

VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 5a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MARCIO MAGNO COSTA



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Magno Costa, Pró-Reitor(a)**, em 22/11/2024, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5896556** e o código CRC **037D02BC**.

de uma cópia de cada documento, sob pena de desclassificação do candidato e revogação da portaria de nomeação.

6.4. Para tomar posse, os títulos de Graduação, Especialização/Residência, Mestrado, Doutorado ou equivalentes obtidos no Exterior deverão estar reconhecidos e, ou, revalidados segundo a legislação vigente.

6.5. Mais informações podem ser obtidas na Secretaria da Comissão Permanente de Pessoal Docente pelos telefones (31) 3612-1040 ou (31) 3612-1041, e pelo e-mail cpped@ufv.br.

Viçosa, 21 de novembro de 2024.

Marcos Ribeiro Furtado

Secretário de Órgãos Colegiados

Processo nº 23114.915879/2024-90.

MARCOS RIBEIRO FURTADO  
Secretário

#### EDITAL DE SELEÇÃO Nº 75, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024

O Secretário de Órgãos Colegiados torna público que encontram-se abertas, na Secretaria da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), da Universidade Federal de Viçosa, pelo prazo de 10 (dez dias), a contar da publicação deste no Diário Oficial da União, as inscrições para o processo de seleção para contratação de Professor Substituto, conforme dados abaixo:

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	UNIDADE/DEP./CENTRO	Nº VAGAS
Controle do Sistema de Produção, Gestão Estratégica e Organizacional e Sistemas de Produção.	Graduação em Engenharia de Produção.	DEP/CCE (23114.916464/2024-33).	01

Os candidatos deverão requerer a inscrição, exclusivamente, através do link <https://www.gps.ufv.br>.

Taxa de inscrição: R\$120,75 (cento e vinte reais e setenta e cinco centavos).

Prazo de validade do concurso: 1 (um) ano, prorrogável por igual período, conforme estabelece o artigo 43 do Decreto nº 9.7339, de 28 de março de 2019.

Remuneração inicial: R\$ 2.437,59 (dois mil e quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

Os candidatos aprovados que vierem a ser contratados serão em regime de 20 (vinte) horas semanais, sendo sua remuneração compatível com a titulação solicitada no edital, vedada a equiparação salarial por qualquer outra titulação superior que o candidato possua ou que seja obtida posteriormente.

O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos candidatos no site <http://www.ufv.br/soc>.

MARCOS RIBEIRO FURTADO

#### CAMPUS FLORESTAL

##### EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: RESCISÃO do Termo de Cessão de Uso nº 93/2022. PARTES: UFV/SINDICATO SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - SINSUV. OBJETO: "Formalização da Rescisão do Termo de Cessão de uso nº 93/2022. PROCESSO nº 23114.911550/2021-15. DATA DA ASSINATURA: 18/11/2024. ASSINAM: Pela UFV, DEMETRIUS DAVID DA SILVA REITOR, Reitor. Pelo Permissoário, CARLOS ANTONIO FERREIRA, Servidor. Rogerio Duarte Torres Diretor Administrativo UFV/CAF

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

##### AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO Nº 90007/2024

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 07/11/2024, Entrega das Propostas: a partir de 07/11/2024, às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 28/11/2024, às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de MATERIAIS HIDRÁULICOS através de Registro de Preços, conforme Estudos Técnicos Preliminares e nos termos, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

MARCELO LEIRAS DA SILVA  
Pregoeiro

(SIDE - 22/11/2024) 154034-15255-2024NE801278

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

##### EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2024 - UASG 154043

Nº Processo: 23117.026254/2024-21.

Inexigibilidade Nº 90287/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

Contratado: 50.679.969/0001-09 - TECAP INOVACOES TECNOLOGICAS LTDA. Objeto: Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de licença mensal de software com apoio técnico na Escrituração Fiscal Digital de Retenções e outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias (ESOCIAL) e na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), por meio de capacitação e assessoria contábil e fiscal para órgãos e entidades do setor público, nas condições estabelecidas no Termo de Referência..

Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 74 - Inciso: III - Alínea: A. Vigência: 25/11/2024 a 25/11/2025. Valor Total: R\$ 44.600,00. Data de Assinatura: 22/11/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 22/11/2024).

#### PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

##### EDITAL PROGEP Nº 189, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024 RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROGEP Nº 171/2024

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria de Pessoal UFU nº 5.088, de 13 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2024, retifica o Edital PROGEP nº 171, de 01/11/2024, publicado no DOU de 06/11/2024, seção 3, páginas 94 a 110:

No Anexo III, que trata sobre a descrição dos cargos, conteúdos programáticos e bibliografias sugeridas, nas referências sugeridas para o cargo de TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO:

ONDE SE LÊ:

ANEXO III

DESCRIÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS

SUGERIDAS

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO

#### REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

APPLE, T. Ideologia e Currículo. 3a Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 39-64, 2015.

BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. 2 Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial n 248, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

CHAU, PI. Convite à Filosofia. 14d Edição. São Paulo: Ática, 2019.

COLL, C.; MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender a ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. I. (Org.) Formatos avaliativos e concepção da docência. São Paulo: Autores Associados, 2005. CURY, C. R. 1. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 53d Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 45 I Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, NI. História das ideias pedagógicas. 8a Edição. São Paulo: Ática, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis. São Paulo: Atlas, 2001.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais e Educação. 8a Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GOMES, N. L. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, S. A Identidade Cultural na Pós- Modernidade. 12 I Edição Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.

HOFFMANN, I. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 30d Edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

LEWANDOWSKI, J. M. D. Os técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal do Paraná: em busca de sua identidade profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: Unioeste, 2018.

LIBANEO, 1. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 46 Edição. Goiânia: Alternativa, 2003.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 I Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro. Cortez Editora, 2022.

LUCKSEI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 18 ed. São Paulo, 2006.

MUNDURUKU, D. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.

PIAGET, 1. A linguagem e o pensamento da criança. 6a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (Org.) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 5a Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias e educação: um caminho em aberto. EM Aberto, v. 35, n. 113, 2022.

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4 ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 44d Edição. São Paulo: Autores Associados, 2021.

SILVA, T. T. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica: 1999.

SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOBRAL, F. ; PECI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano de sala de aula. 16úI Edição. São Paulo: Cortez, 2019.

VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 5a Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LEIA-SE:

ANEXO III

DESCRIÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS

SUGERIDAS

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/EDUCAÇÃO SUPERIOR E APOIO ADMINISTRATIVO

#### REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

APPLE, Michael. Ideologia e Currículo. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 39-64, 2015.

BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. 2 Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial n 248, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

CHAU, PI. Convite à Filosofia. 14d Edição. São Paulo: Ática, 2019.

COLL, C.; MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender a ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. I. (Org.) Formatos avaliativos e concepção da docência. São Paulo: Autores Associados, 2005. CURY, C. R. 1. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 53d Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 45 I Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

